



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA

ATA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO Nº 5 / 2022 - SODS (11.01.21)

Nº do Protocolo: 23520.010591/2022-73

Barreiras-BA, 08 de Setembro de 2022

Ata da 26ª Reunião Ordinária do Conselho Universitário da Universidade Federal do Oeste da Bahia.

Aos quatro dias do mês de novembro de dois mil e vinte um, às quatorze horas e onze minutos, reuniram-se, por videoconferência através da plataforma “Google Hangouts Meet”, com transmissão ao vivo, em caráter ordinário, os membros do Conselho Universitário sob a presidência do Magnífico Reitor, Professor Jacques Antonio de Miranda, contando com a participação dos Pró-reitores e/ou representantes: Daniéla Cristina Calado (PROEC), Cláudio José Oliveira dos Reis (PROPLAN), Adma Kátia Lacerda Chaves (PROGRAD), Jaqueline Fritsch (PROAD), Vanessa Godoy Kinoshita (PROTIC), Jucelyno Mayko Corado Macedo (PROGEP) e Cláudio Reichert do Nascimento (PROPGP); dos Diretores dos Centros: Vera Regiane Brescovici Nunes (CMSMV), Valdeilson Souza Braga (CCET), Rubio José Ferreira (CEHU), Bruno Motta Oliveira (CMLEM), Rafael da Conceição Simões (CCBS) e Jairo Torres Magalhães Junior (CMB); do Vice-diretor representando a Direção do Centro: André Issáo Sato (CMBJL); dos Representantes dos Técnico-administrativos em Educação: Ari Fernandes Santos Nogueira, Jarine Barboza Rocha Mensch e Levi José Rodrigues; dos Representantes dos Estudantes: Anderson Souza Barbosa, Evellyn Dayana Vitória Rocha, Maria Nivalda Pereira de Almeida, Anna Caroline de Jesus Araújo e Lorena Braga de Souza; dos Representantes Docentes dos Centros: Samuel Mazzinghy Alvarenga (CMLEM), Luci Ferreira Ribeiro (CCBS) e Tiago Samuel Bassani (CMSMV); para tratarem da seguinte pauta: 1) Informes; 2) Apreciação das Atas do Conselho: Ata da 25ª Reunião Ordinária do Consuni, de 14 de outubro de 2021; 3) Relato da Câmara de Gestão Administrativa e Governança: a) aprovou o EDITAL nº 03/2021 - Edital de Redistribuição para ingresso de Professores do Magistério Superior na UFOB, da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas, Processo 23520.010408/2021-59; b) aprovou o Parecer da Comissão designada pela PORTARIA CGAG/CONSUNI/UFOB Nº 003, de 07 de junho de 2021, referente às Propostas de Consolidação e Revogação dos atos de competência da Câmara de Gestão Administrativa e Governança, nos termos do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto, Processo: 23520.005622/2021-93; 4) Homologação da Eleição da Representação da Sociedade Civil para integrar o Conselho Universitário da UFOB, atendendo ao disposto no Art. 28 do Regimento Geral da UFOB, Processo 23520.002029/2021-95; 5) Homologação da Eleição da Representação da Sociedade Civil para integrar a Comissão Própria e Avaliação - CPA, atendendo ao disposto no §5º do Art. 12 do Regimento Interno da Comissão Própria de Avaliação, Processo 23520.006961/2021-97; 6) Relato da Comissão responsável pela elaboração da Proposta do Plano de Retomada das Atividades Acadêmicas Presenciais da Universidade Federal do Oeste da Bahia, para o ano de 2022, Processo 23520.009926/2021-20, Relatora: Conselheira Adma Kátia Lacerda Chaves. Havendo *quórum*, o Magnífico Reitor, Presidente do Consuni, Professor Jacques Antonio de Miranda, cumprimentou a todos os conselheiros presentes em Barreiras, Barra, Bom Jesus da Lapa, Luís Eduardo Magalhães e Santa Maria da Vitória e deu início à 26ª Reunião Ordinária do Conselho Universitário da UFOB. Em memória do estudante do curso de Geografia do Centros das

Humanidades, Cláudio Pereira da Silva, que faleceu em decorrência de ato de violência brutal, solicitou ao Conselho um minuto de silêncio, o que foi acolhido. Transcorrido o minuto de silêncio, registrou que o gesto simbólico do Conselho era uma forma de resposta ao ato de extrema violência que feria os princípios da Instituição, tendo recebido o apoio dos demais Conselheiros. Logo após, passou ao primeiro ponto de pauta. **1) Informes.** O **Presidente** passou ao relato da agenda cumprida desde a última reunião do Consuni: 18 a 20/10/21 - A Universidade recebeu a visita da Comissão de Acompanhamento e Monitoramento de Escolas Médicas - CAMEM, que, a partir de sua avaliação, apresentou indicadores importantes para o desenvolvimento do curso de Medicina; 21/10/21 - ocorreram os Seminários Temáticos e Reunião Extraordinária do Conselho Pleno - ANDIFES, que tratou de temáticas importantes tanto referentes à avaliação do nosso atual quadro quanto da atualização de alguns normativos: referentes à preocupações relacionadas às decisões do Conselho Nacional de Educação; e alterações no decreto presidencial que refletem no desenvolvimento da Universidade. Relatou que a Andifes se posicionou sobre colocação da presidência da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes sobre apoio e solicitação de providências mais imediatas voltadas ao financiamento de projetos institucionais, o que reflete na continuidade dos projetos e manutenção dos estudantes; 22/10/21 - Participou da Solenidade de Colação de Grau do CMLEM, de forma presencial, onde três acadêmicos que concluíram o curso de Engenharia de Biotecnologia receberam outorga de grau. Congratulou o Centro pela organização; 25/10/21 - Ocorreu a abertura do I Congresso da UFOB. Parabenizou o envolvimento da comunidade e Centros na realização do congresso. Destacou a importância do evento e convidou a quem não teve oportunidade de participar para assistir no canal de eventos da UFOB para compreender um pouco da complexidade da construção da Universidade, os desafios, sobretudo das instituições baianas; Informou que na mesma data também participou da abertura da Mostra de Cursos da UFOB, e fez um agradecimento especial à comissão que organizou a Mostra. Em seguida, registrou que a UFOB foi oficiada pelo Tribunal de Contas da União - TCU em três ações: divulgação do relatório geral que faz levantamento da governança e gestão pública dos órgãos do executivo federal, e registrou que a UFOB teve um avanço significativo em todos os indicadores de governança e gestão pública. Destacou que em nenhum dos indicadores que foram avaliados a Instituição ficou abaixo de 50% (cinquenta por cento), visto que em 2018 o maior indicador ficou em torno de 48% (quarenta e oito por cento); a UFOB está dentre as 30 (trinta) Auditorias internas que conseguiram o grau máximo de efetividade; a UFOB cumpre 100% (cem por cento) dos itens avaliados pelo Painel das Metas da Lei de acesso à informação do Governo Federal. O painel contém mais de 300 (trezentas) instituições públicas e a UFOB foi um dos 24 (vinte e quatro) órgãos que cumpriram esses itens, e figura entre as 6 (seis) universidades que cumpriram essa meta. Ressaltou o esforço coletivo de todos os servidores, que tem contribuído para o destaque institucional em termos de resposta à sociedade e aprimoramento dos serviços à comunidade, tendo contribuição direta do Conselho, sendo que parte dessas pautas são decididas pelo Conselho e suas Câmaras. Cientificou que no dia 01/11/21 a Instituição recebeu o deputado federal Cacá Leão e o deputado estadual Antonio Henrique Júnior que vieram prestar apoio e verificar em que pontos poderiam contribuir por meio de destinação de recursos através de emenda parlamentar, para o desenvolvimento de ações da Universidade. Informou que, na oportunidade, foi apresentado documento elaborado com a contribuição das Direções dos Centros e outros dirigentes da Universidade. Que o portfólio contendo 36 (trinta e seis) ações foi encaminhado também aos demais representantes da bancada baiana no Congresso, com o intuito de angariar recursos financeiros por meio de captação de emendas parlamentares, sendo um recurso importante para reduzir o impacto das restrições orçamentárias que as instituições vêm sofrendo. O Presidente passou a palavra aos Conselheiros para apresentação dos informes. O conselheiro **Rafael Simões** ratificou o informe do Presidente do Consuni e acrescentou que o CCBS recebeu a primeira visita presencial da Comissão de Monitoramento e Acompanhamento das Escolas Médicas - Camem. Destacou que todas as escolas médicas criadas pelo Programa Mais Médicos recebem esse monitoramento. Considerando que o curso de medicina ainda não recebeu a visita de reconhecimento, essa visita era importante para preparar e fortalecer os pontos sensíveis do curso. Com a palavra, o conselheiro **Anderson Barbosa** ratificou a menção pelo Presidente do Consuni à morte do estudante Cláudio Pereira, que foi tratada no âmbito legal como homofobia, e que fere não só os princípios da Instituição, como também os princípios constitucionais e humanitários. Afirmou a importância do respeito

às pessoas e aceitação da opção de vida de cada um. Agradeceu à comunidade estudantil que participou do I Congresso da UFOB, momento importante para discussões que são caras aos estudantes e comunidade em geral. Registrou a sua última participação em Reunião Ordinária do Consuni do mandato. Que era importante participar desse momento no Conselho e a satisfação na construção de documentos importantes. Reafirmou sua disposição à comunidade estudantil e agradeceu a participação efetiva de todos. Informou que em breve será enviado link à comunidade para participação do processo eleitoral que está em curso para eleger os novos representantes para as cadeiras que terão o mandato encerrado. O **Presidente Jacques Miranda** parabenizou Anderson Barbosa e Evellyn Rocha pelo compromisso na representação, pela dedicação e cumprimento das atribuições como Conselheiros e representantes da comunidade estudantil, tanto nas reuniões, comissões e relatoria de processos. Na sequência, o conselheiro **Bruno Motta** registrou a importância, como passo de retomada das atividades presenciais do CMLEM, a realização da Solenidade de confirmação de outorga de grau aos três Engenheiros de Biotecnologia. Divulgou que estava aberto o prazo de inscrições para a IV Jornada Científica do Oeste Baiano, coordenada pela professora Jamilly Ribeiro Lopes. Convidou a todos para participarem. O conselheiro **Cláudio Reichert** cumprimentou a todos e registrou sua participação na Reunião Anual do Fórum de Pró-reitores de Pós-graduação e Pesquisa da Região Nordeste, iniciado em 04/11/22, que contou com a participação de pró-reitores(as) de cerca de 60 (sessenta) instituições integrantes da região Nordeste. Que vem sendo discutidas pautas levantadas nas regionais, com questões relacionadas ao planejamento orçamentário para os anos de 2021 e 2022, e as mobilizações e encaminhamentos que poderão ser realizados pelas comunidades acadêmicas. Destacou que no dia 05/11/21 a reunião contará com participação da diretoria da Capes para discutir o futuro da Pós-graduação e o ensino híbrido. A conselheira **Luci Ribeiro** chamou atenção para o mês da Consciência Negra e, de forma simbólica, informou que iria presentear o Reitor Jacques Miranda com o livro do Professor Emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Muniz Sodré, pesquisador de origem baiana, que fala sobre cotas no Brasil: “Claros e escuros: Identidade, povo, mídia e cotas no Brasil”. Explicou que o livro trata, para além de criar vagas nas universidades, em criar vagas e espaços de inclusão da identidade do povo afrodescendente. O **Presidente** agradeceu à Conselheira pelo gesto. Registrou a importância da pauta e que foram iniciados debates durante o I Congresso da UFOB, em busca de chamar a atenção da institucionalização desses processos. Que é um caminho difícil na busca permanente por conquistas nesse sentido, mas que todas as instituições têm buscado deliberar atos de natureza afirmativa. Dando sequência à reunião, o **Presidente** passou ao segundo ponto de pauta. **2) Apreciação das Atas do Conselho: Ata da 25ª Reunião Ordinária do Consuni, de 14 de outubro de 2021.** Esclareceu que as contribuições encaminhadas à Secretaria dos Órgãos de Deliberação Superior já haviam sido inseridas à Ata e consultou se havia mais algum questionamento e/ou contribuição. Não havendo mais contribuições, o **Senhor Presidente submeteu ao regime de votação a Ata da 25ª Reunião Ordinária do Consuni, de 14 de outubro de 2021, que foi aprovada por unanimidade.** Dando continuidade à pauta, passou ao terceiro ponto de pauta para o relato das pautas da CGAG. **3) Relato da Câmara de Gestão Administrativa e Governança.** Considerando que a conselheira Leriene Cardozo estava em período de férias, o **Presidente do Consuni** passou aos relatos: item a) aprovação do EDITAL nº 03/2021 - Edital de Redistribuição para ingresso de Professores do Magistério Superior na UFOB, da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas, Processo 23520.010408/2021-59. Registrou que o Edital já estava em divulgação, havendo algumas manifestações da comunidade quanto à necessidade de alterações, e passou a palavra ao representante da Progep para maiores informações. O conselheiro **Jucelyno Macêdo** cumprimentou a todos e informou que o edital foi publicado, tendo sido realizada retificação quanto ao número de vagas e alguns ajustes. Que a proposta do edital é tentar preencher as vagas por meio de redistribuição que é mais célere, já tendo algumas inscrições, e que até o final do ano poderá ser dada entrada nos processos de redistribuição dos aprovados. O **Presidente** agradeceu ao Conselheiro pelos esclarecimentos e ratificou a importância do processo de redistribuição que agiliza o preenchimento das vagas disponíveis; item b) aprovação do Parecer da Comissão designada pela PORTARIA CGAG/CONSUNI/UFOB Nº 003, de 07 de junho de 2021, referente às Propostas de Consolidação e Revogação dos atos de competência da Câmara de Gestão Administrativa e Governança, nos termos do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto, Processo:

23520.005622/2021-93. O **Presidente do Consuni** acrescentou que desde 2020 a UFOB iniciou o processo de revisão de todos os atos normativos da Universidade, atendendo à determinação do decreto e que os atos estavam passando por revisão de comissões designadas pelas Câmaras Assessoras. Em seguida, passou ao quarto ponto de pauta. **4) Homologação da Eleição da Representação da Sociedade Civil para integrar o Conselho Universitário da UFOB, atendendo ao disposto no Art. 28 do Regimento Geral da UFOB, Processo 23520.002029/2021-95.** O Presidente explicou que a ficha de votação, para atendimento ao requisito estabelecido pelo Regimento Geral da UFOB para escolha do Representante da Sociedade Civil no Consuni, foi encaminhada aos Conselheiros na semana anterior para votação. Passou a palavra à Secretária dos Órgãos de Deliberação Superior para apresentar os dados do processo e da votação. A Secretária Gleicianne Dourado Costa cumprimentou a todos e apresentou relato sobre o processo. Informou que foi designada comissão pela PORTARIA CONSUNI/UFOB Nº 038, DE 09 DE MARÇO DE 2021, que foi responsável pela condução do processo de eleição de Representantes da Sociedade Civil no Conselho Universitário da UFOB, normatizado pela PORTARIA SODS/CONSUNI/UFOB Nº 013, DE 09 DE MARÇO DE 2021. A Secretária registrou que não houveram inscrições na primeira chamada, que foi reaberta após solicitação de prorrogação dos prazos pela Comissão. A Comissão registrou duas inscrições, sendo uma delas indeferida por não apresentar documentação completa, conforme estabelecido pelo edital. Finalizado o processo, a comissão o encaminhou à Secretaria dos Órgãos de Deliberação Superior que, após análise e também submissão à deliberação do Presidente do Consuni, decidiu pela reabertura do prazo com o intuito de colher novas inscrições para o processo eleitoral. Deste modo, a SODS emitiu a PORTARIA SODS/CONSUNI/UFOB Nº 046, DE 05 DE AGOSTO DE 2021, reabrindo o prazo para realização do processo de formação de lista de candidatos para a Representação da Sociedade Civil para integrarem o Conselho Universitário. Após esse novo prazo, a Comissão conclui as novas etapas do processo, porém, a nova inscrição foi indeferida por irregularidade na documentação e, após os prazos recursais, a Comissão encaminhou os documentos produzidos à SODS, com a homologação da inscrição deferida. De posse dos documentos, e não havendo irregularidades no processo, a SODS emitiu formulário, contendo os dados do candidato inscrito e uma Carta de Apresentação, aos Conselheiros para escolherem entre as opções de referendar o candidato inscrito, votar branco ou nulo. Informou que o formulário ficou disponível aos Conselheiros do dia 29/10 ao dia 03/11/21 e que, sendo constatado que nem todos os Conselheiros haviam registrado o voto, o mesmo foi reaberto em 04/11/21 para votação. Em seguida, o **Presidente** pediu à Secretária Gleicianne Costa para fechar a votação e apresentar o resultado final. A Secretária dos Órgãos Superiores Gleicianne Costa informou que como o formulário era de gestão da Protic seria necessário aguardar o encerramento e encaminhamento do resultado. O **Presidente Jacques Mirando** aquiesceu e passou ao quinto ponto de pauta até a chegada do resultado. **5) Homologação da Eleição da Representação da Sociedade Civil para integrar a Comissão Própria e Avaliação - CPA, atendendo ao disposto no §5º do Art. 12 do Regimento Interno da Comissão Própria de Avaliação, Processo 23520.006961/2021-97.** O Presidente passou a palavra à Secretária dos Órgãos de Deliberação Superior para apresentar os dados do processo e votação. A Secretária Gleicianne Dourado Costa cumprimentou a todos e apresentou relato sobre o processo. Informou que a Secretaria dos Órgãos de Deliberação Superior - SODS recebeu o processo 23520.006961/2021-97, encaminhado pelo Gabinete da Reitoria, em cumprimento à Resolução Consuni nº 004/2018, que estabelece que o processo para eleição dos representantes servidores e estudantes será realizado pelas representações das categorias no Consuni e o representante da sociedade civil para a Comissão Própria de Avaliação será escolhido pelo Consuni. Deste modo, foi designada comissão para realização do processo eleitoral das categorias de servidores e estudantes e a Secretaria dos Órgãos de Deliberação Superior realizou o processo para formação da lista de candidatos para eleição pelo Pleno. A SODS emitiu a EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA SODS/CONSUNI/UFOB Nº 001, DE 30 DE AGOSTO DE 2021, e tendo findado o prazo estabelecido, e não tendo havido inscritos, foi emitido o EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA SODS/CONSUNI/UFOB Nº 002, DE 22 DE SETEMBRO DE 2021, de prorrogação do edital anterior. Novamente, não havendo inscrições, foi emitida nova prorrogação por meio do EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA SODS/CONSUNI/UFOB Nº 003, DE 06 DE OUTUBRO DE 2021, reabrindo os prazos para inscrições. Após a nova

prorrogação, foi recebida uma inscrição, que, estando regular, foi homologada pela SODS. De posse dos documentos, e não havendo irregularidades no processo, a SODS emitiu formulário, contendo os dados da candidata inscrita e uma Carta de Apresentação, aos Conselheiros para escolherem entre as opções de referendar a candidata inscrita, votar branco ou nulo. Informou que o formulário ficou disponível aos Conselheiros do dia 29/10 ao dia 03/11/21 e que, sendo constatado que nem todos os Conselheiros haviam registrado o voto, o mesmo foi reaberto em 04/11/21 para votação. O **Presidente** agradeceu à Secretária pelo relato e solicitou que fosse encerrada a votação e que, após a apuração, fossem apresentados os resultados para homologação pelo Conselho. O Presidente do Conselho esclareceu que alguns Conselheiros tiveram dificuldades durante a votação, por esse motivo os formulários foram reabertos. Em seguida, passou ao sexto ponto de pauta. **6) Relato da Comissão responsável pela elaboração da Proposta do Plano de Retomada das Atividades Acadêmicas Presenciais da Universidade Federal do Oeste da Bahia, para o ano de 2022, Processo 23520.009926/2021-20, Relatora: Conselheira Adma Kátia Lacerda Chaves.** Registrou que a Comissão foi designada com o intuito de elaborar proposta tendo como referência as atividades para o ano de 2022, que vai tratar do retorno as atividades presenciais da UFOB. Relatou que recebeu muitas dúvidas da comunidade que poderão ser esclarecidas durante as reuniões. Que o debate vem sendo construído, inclusive com algumas decisões do Conselho Nacional de Educação que já tem posicionamento em relação a alguns itens aborgados no Plano de Retomada. Registrou que existem vários indicadores que estão se apresentando: redução de casos, elevado índice de vacinação, entre outros, que nos dão mais segurança para tomada de decisão para o retorno presencial. O **Presidente** informou que a Secretária já tinha os resultados das votações, sendo assim, retomaria o quarto e o quinto pontos de pauta para apreciação dos conselheiros. Passou a palavra à **Secretaria do Conselho Gleicianne Costa** para apresentação dos resultados. A Secretária passou a apresentação dos resultados das votações, sendo: para o **quarto ponto de pauta**, Representação da Sociedade Civil para integrar o Conselho Universitário: 10 (dez) votos no Candidato e 14 (quatorze) abstenções; e para o **quinto ponto de pauta**, Representação da Sociedade Civil para integrar a Comissão Própria e Avaliação - CPA: 19 (dezenove) votos para a Candidata e 05 (cinco) abstenções. **Após a apresentação do resultado, o Presidente solicitou à Secretária o registro do nome do candidato eleito. A Secretária Gleicianne Costa informou que o candidato eleito como Representante da Sociedade Civil no Consuni era o Sr. Welliton dos Reis Santos. O Presidente do Consuni submeteu à homologação o resultado da votação para Eleição da Representação da Sociedade Civil para integrar o Conselho Universitário da UFOB, atendendo ao disposto no Art. 28 do Regimento Geral da UFOB, Processo 23520.002029/2021-95, que foi aprovado por unanimidade. Na sequência, o Presidente solicitou à Secretária o registro do nome da candidata eleita para a CPA. A Secretária Gleicianne Costa informou que a candidata eleita como Representante da Sociedades Civil para a Comissão Própria de Avaliação era a Sra. Elisabete Tâmara Galvão dos Santos. O Presidente do Consuni submeteu à homologação o resultado da votação para Eleição da Representação da Sociedade Civil para integrar a Comissão Própria e Avaliação - CPA, atendendo ao disposto no §5º do Art. 12 do Regimento Interno da Comissão Própria de Avaliação, Processo 23520.006961/2021-97, que foi aprovado por unanimidade. O Presidente agradeceu à Secretária pelos relatos e, dando continuidade à apresentação do sexto ponto de pauta, passou a palavra à Relatora para apresentação. A conselheira Adma Lacerda cumprimentou a todos e passou à apresentação do Plano de Retomada das Atividades Acadêmicas. Informou que faria uma sistematização das informações contidas no Plano que dará uma visão geral da proposição e permitirá fazer um diálogo mais próximo. Informou que a comissão que elaborou o plano foi formada por membros do Conselho, representantes das Pró-reitorias Acadêmicas, das Direções de Centro, dos Técnico-administrativos em Educação, da Secretaria Acadêmica, do Gabinete da Reitoria, da Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD, dos estudantes e de membros do Grupo de Trabalho de Gerenciamento Covid - GT-Covid. Explicitou que a proposição buscou fazer um panorama de quais os cenários possíveis dentro da pandemia para entender o comportamento do vírus e dinâmica da doença. Apresentou pontos de reflexão aos Conselheiros: Qual a função social de uma Universidade Pública? Qual(is) o(s) compromisso(s) social(is) de uma Universidade Pública? Qual deve ser o posicionamento de uma Universidade Pública diante do contexto de retorno à presencialidade ainda no decurso de uma pandemia? Em seguida, relatou que a Comissão**

utilizou diversos documentos como indicadores (Fiocruz, GT-Covid e outros) que possibilitaram entender os cenários e a indicação do plano. Destacou as ações e documentos executados e emitidos pela Universidade desde o início da pandemia: Plano de Ação 2020, de agosto de 2020, que resultou na Resolução Consuni/UFOB nº 005/2020 e na Resolução Consuni/UFOB nº 006/2020; Plano de Biossegurança; Plano de Ação 2021, de dezembro de 2020, que resultou na Resolução Consuni/UFOB nº 007/2020, na Resolução Consuni/UFOB nº 008/2020 e na Resolução Consuni/UFOB nº 010/2021; Plano de Retomada das Atividades Acadêmicas Presenciais, que está em discussão pelo Consuni. Informou aspectos considerados para a elaboração do Plano, observando que a Comissão, entendendo que um vírus está sujeito ao processo evolutivo e mutações que trazem variantes que podem gerar acréscimo de número de casos. E também se pautaram na condição da eficácia da vacina que ainda não é de imunização completa: 1- Situação epidemiológica atual da macrorregião; 2- Condicionantes e Comunicação; 3- Indicadores e Fases. 4- Atividades Acadêmicas e 5- Monitoramento; e apresentou dados sobre os indicadores. A Relatora Adma Lacerda, após a apresentação dos elementos que nortearam a proposição do Plano, passou à apresentação do mesmo, sendo o resultado do trabalho realizado pela Comissão designada pela PORTARIA CONSUNI/UFOB Nº 057, DE 23 DE SETEMBRO DE 2021. Informou que, apesar da vigência da Resolução CONSUNI/UFOB nº 008/2020, que prevê o Ensino Híbrido quando as condições sanitárias, epidemiológicas, as autoridades sanitárias e o atendimento ao Plano de Biossegurança são possíveis, a UFOB diante da complexidade das atividades acadêmicas que devem ser gradualmente retomadas para a presencialidade e da necessidade de reposição dos componentes curriculares com carga horária prática que não puderam ser ofertados de forma remota, precisa antever as formas de ocupação dos espaços físicos e a segurança da comunidade acadêmica. Assim, o plano apresenta as diretrizes e orientações para a retomada das atividades acadêmicas visando assegurar, de forma gradual, o funcionamento institucional presencial. Para tal, são estabelecidas Fases de Retorno, que estão condicionadas ao cenário da pandemia pelo novo coronavírus nos municípios sede dos *campi* da UFOB e na macrorregião de saúde Oeste da Bahia. Para a elaboração das etapas de retomada das atividades presenciais no âmbito da UFOB foi realizada uma ampla revisão da literatura referente ao tema a partir da qual foram selecionados indicadores recomendados por órgãos e/ou instituições governamentais nacionais e internacionais para a realização do planejamento da retomada das atividades acadêmicas presenciais de forma gradual e segura. Subsidiado por indicadores pré-estabelecidos, que refletem a realidade local, o planejamento visa salvaguardar a saúde de toda a comunidade universitária e facilitar a execução/acompanhamento da implementação do plano por parte dos gestores de cada Unidade Universitária ou Órgão da UFOB. Os indicadores selecionados são: a) Incidência da doença nos municípios sede de campus da UFOB e na macrorregião de saúde Oeste; b) Taxa de ocupação de leitos clínicos e de UTI exclusivos para pacientes com Covid-19 na macrorregião; c) Capacidade de implementação das medidas de mitigação em cada campus; e d) Cobertura vacinal completa contra a Covid-19 da população geral do município sede de campus. Em seguida, a Relatora apresentou os Critérios para alteração das Fases de Retorno, da seguinte forma: O avanço de uma Fase para outra ocorrerá quando os critérios forem alcançados: a) para avançar da Fase 1 para a Fase 2 é necessário que pelo menos 4 (quatro) dos indicadores sejam atendidos, sendo obrigatoriamente um deles a incidência, estejam com valores dentro da faixa estabelecida para a Fase 2 por, no mínimo 30 (trinta) dias, para o início de atividades acadêmicas presenciais (Teto de 40% de ocupação, considerando o Plano de Biossegurança); b) para avançar da Fase 2 para a Fase 3 é necessário que pelo menos 4 (quatro) indicadores estejam com valores dentro da faixa estabelecida para a Fase 3 por, no mínimo 30 (trinta) dias, o que sinaliza maior estabilidade para ampliar as atividades presenciais (Teto de 70% de ocupação, considerando o Plano de Biossegurança); c) para avançar da Fase 3 para a Fase 4, é necessário que os 4 (quatro) indicadores estejam com valores dentro da faixa estabelecida para a Fase 4 por, no mínimo 30 (trinta) dias, o que sinaliza baixo risco de transmissão (Teto de 100% de ocupação, considerando o Plano de Biossegurança). A Relatora cientificou que o retrocesso de fase pode ser imediato quando qualquer um dos indicadores atingirem valores que estejam dentro das faixas estabelecidas para as fases anteriores ou haja indicação de legislação vigente, e ressaltou que a autorização de mudança de Fase não significa que seja obrigatório haver atividade presencial na Unidade Universitária ou Órgão. Que enquanto a pandemia não for controlada, permanece válido o princípio de que quanto menor o número de pessoas circulando, maior é a

segurança. E concluiu que a autorização da mudança de Fase será dada pela Reitoria, motivada pelo GTG/COVID-19. Por conseguinte, o **Presidente Jacques Miranda** agradeceu à conselheira Adma Lacerda pela apresentação. Registrou, considerando alguns questionamentos recebidos pelo “Chat” e pelo Youtube, que todos seriam ouvidos, e informou que acolhia o posicionamento de grande parte dos estudantes para o retorno presencial. Esclareceu que a apresentação se referia ao que foi proposto por uma Comissão que tinha membros de todas as representações da Instituição. Observou que a Comissão trouxe um cenário real que dá suporte para a tomada de decisão. Que a intencionalidade é pelo retorno e todos terão suas falas ouvidas frente às representações. Em seguida, consultou à Relatora se o referencial tem sido feito com base nos grupos prioritários ou população em geral, ao que a mesma respondeu que estava sendo levada em consideração a população geral do município. Observou, ainda, com relação às atividades acadêmicas, que seria feita uma discussão mais detalhada pelo Conselho. Que também existem itens que vêm de documentos norteadores de âmbito nacional, mas com relação às atividades e teto de ocupação foi definição da Comissão e tem como fazer uma discussão mais ampla. Em seguida, o Presidente passou a palavra aos conselheiros. O conselheiro **Anderson Barbosa** agradeceu à conselheira Adma Lacerda pela apresentação. Manifestou entendimento de que o documento foi amplamente divulgado à comunidade e que, tratando-se de proposta ainda a ser discutida pelo Conselho, as categorias terão oportunidade de contribuir com o aperfeiçoamento da proposta. Declarou compreender que nenhum curso da UFOB era EAD, e que o ensino remoto veio a atender uma necessidade emergencial, e não como solução prioritária para a Universidade. Externou que a qualidade do ensino caiu com o ensino remoto, e que os estudantes tem dificuldades com o formato e essas questões elevam ainda mais os níveis de problemas de saúde mental e saúde em geral de estudantes e servidores. Considerando os vários indicadores e o retorno à presencialidade de várias atividades da sociedade como um todo, partindo desse pressuposto entendia que o ensino presencial deveria ser priorizado. Que em caso de aumento de índices de contaminação se possa voltar para o ensino remoto, mas a prioridade deveria ser invertida, primeiro o ensino presencial, depois híbrido e depois remoto, dependendo da evolução dos casos. E que, se ocorrer o avanço nos casos de transmissões e ocupações de leitos de UTI, poderá recorrer as outras formas de ensino como o híbrido e o remoto. Alertou também sobre os Campus com cursos que precisam de saída de campo, e que era preciso ser pontuado como seriam retomadas essas atividades, pois existem estudantes que estão sem saída de campo por conta de questões de biossegurança ou orçamentárias. Em seguida, o **Presidente** passou a palavra aos conselheiros para manifestação e esclarecimento de dúvidas. O conselheiro **Rafael Simões** agradeceu e parabenizou a relatora Adma Lacerda pela apresentação da proposta que foi construída com as representações dos docentes, técnico-administrativos em Educação e estudantes da UFOB, baseada nos marcos legais da Instituição e nas construções de outras universidades. Invocou os conselheiros a refletir sobre o Plano de Retomada, tendo por base que a UFOB é uma instituição interiorizada, e que o reflexo da pandemia chegava mais tardiamente permitindo uma tomada de decisão dentro da realidade e parâmetros regionais. Destacou que apenas a utilização de indicadores epidemiológicos gerais não atenderia às realidades das cidades em que estão os *campi* da UFOB, pois existe uma série de indicadores institucionais e sociais têm que ser levados em conta, e que a contextualização regional é de responsabilidade deliberativa do Conselho. Sugeriu que todas as categorias façam seus estudos e encaminhem as propostas aos representantes para que a tomada de decisão seja a mais responsável possível. Com a palavra, a conselheira Daniéla Calado cumprimentou a todos e agradeceu à comissão pela apresentação e pelo trabalho exaustivo e complexo na elaboração do Plano, que irá motivar a discussão. Evidenciou, em relação à “Extensão” que a comissão deixou o plano um pouco mais flexível em relação à versão anterior da resolução, de certa forma permitindo ações presenciais, apesar do cenário de incerteza. O conselheiro **Rubio Ferreira** destacou que se tratava de temática de bastante relevância para a Universidade e de impacto para a comunidade. Manifestou preocupação com algumas questões levantadas pela comunidade acadêmica que requeriam uma grande reflexão e sugeriu a discussão da proposta como um todo, para não ficar restrita às indicações da comissão, procurando fatores diferentes aos apontados para uma ponderação. Mencionou o papel enquanto universidade, que diferencia a Instituição de qualquer outro setor público, pois a Universidade trabalha com métodos científicos para as proposições. Apresentou como reflexão que muitos dos membros da comunidade adoeceram por perder amigos e parentes e cabe à Instituição levar em conta todos

esses fatores para tomada de decisão. Declamou o poema de “Em nome da justiça” como reflexão para o momento. O conselheiro **Bruno Motta** parabenizou a comissão pela elaboração da proposta e à Relatora pela apresentação. Informou que a direção do Centro Multidisciplinar de Luís Eduardo Magalhães solicitou ao GT-Covid a apresentação de números sobre a evolução da pandemia nas cidades onde a UFOB tem campus, e que a proposta está pautada em critérios científicos, o que é importante para dar segurança a toda a comunidade na tomada de decisão. Chamou a atenção das categorias para pautarem o tema que deve ser levado aos representantes no Consuni para contribuir com a tomada de decisão. Informou que sentiu falta no Plano da menção do critério de cobertura vacinal da comunidade acadêmica, e destacou que o índice de contaminação pela Covid-19 foi bem atenuado após a vacinação, e que seria importante levar em consideração a cobertura vacinal dentro da comunidade acadêmica. Questionou ainda o porquê de não ter sido levado em consideração o número de óbitos como critério para mudança de fase e sim a incidência de novos casos. Considerando o atingimento do teto previsto para o término da reunião, o Presidente solicitou extensão do horário, obtendo a anuência dos Conselheiros. Com a palavra, a conselheira **Jarine Mensch** registrou, como representante da categoria dos Técnico-administrativos em Educação no Conselho e servidora que tem 10 (dez) anos no serviço público, a indignação com alguns comentários no “*chat*” do youtube feitos por alguns estudantes. Manifestou o respeito à categoria em externar o seu anseio ao retorno presencial, que também era um anseio seu e de muitos. Enfatizou que os servidores TAEs e docentes têm trabalhado com muita intensidade nesse período de trabalho remoto, que requereu adaptações constantes. Enfatizou que as atividades exercidas pelos servidores continuam acontecendo e, na maioria dos casos, com maior intensidade, devido às exigências advindas de se trabalhar de forma remota. Lembrou que as decisões da UFOB têm sido baseadas em dados científicos e parabenizou a comissão e à conselheira Adma Lacerda pela apresentação. O conselheiro **Ari Fernandes** cumprimentou a todos e destacou a importância do documento apresentado que surge logo depois que o cenário pandêmico recua, e que a Universidade já se movimenta na busca de conhecer melhor o contexto e caminhos para a retomada. Enfatizou a importância de se considerar não só questões científicas, mas também um contexto social, e a ansiedade da comunidade ufobiana como um todo em sair da situação do trabalho remoto que não satisfaz à maioria. Destacou que era uma primeira proposta e, antes de ataques e críticas infundadas, necessitava de olhar atento e de contribuições. Corroborou das falas da conselheira Jarine Mensch e observou que, no atual cenário político, era preciso compreender que todo ataque que se faz ao servidor se faz ao serviço público e à instituição pública, que todos lutam para manter funcionando para o bem da comunidade. A conselheira **Luci Ribeiro** agradeceu à comissão pela elaboração do documento que é necessário para dar base às discussões. Que não cabia crítica em relação à proposta, mas a discussão da mesma para a futura deliberação. Se colocou à disposição para consulta à categoria e ao sindicato para trazer uma visão mais ampla sobre a proposta como parte da comunidade e representante docente. O conselheiro **Jairo Torres** cumprimentou a todos e parabenizou a comissão e à conselheira Adma Lacerda pela apresentação. Reforçou que era complexo o papel da comissão para trazer a proposta base, e que agora caberia ao Conselho, como espaço máximo de deliberação, trazer todas as vertentes que impactam à comunidade. A conselheira **Maria Nivalda Almeida**, em nome dos estudantes do Centro Multidisciplinar de Bom Jesus da Lapa, apresentou a preocupação dos estudantes sobre o retorno presencial. Manifestou o desejo dos estudantes para o retorno presencial como primeiro plano e relacionou o enfrentamento por grande parte dos estudantes de problemas de saúde física e emocional agravadas pelas dificuldades enfrentadas com a pandemia, distanciamento e ensino remoto. Registrou preocupação em relação aos estudantes que fazem estágios fora das cidades sede dos *campi* aos quais estão vinculados. Destacou também que o ensino remoto facilitou bastante para que os estudantes conseguissem fazer seus estágios e concluírem os cursos, e que, com o retorno presencial, os estudantes que estavam nessa situação poderiam ser prejudicados, e solicitou que essa situação específica fosse discutida para que os mesmos não sejam prejudicados. O conselheiro **Valdeilson Braga** parabenizou a comissão pela proposta e enfatizou a colocação do conselheiro Jairo Torres da necessidade de discutir e apresentar as contribuições ainda dentro do mês corrente para facilitar o planejamento. A conselheira **Adma Lacerda** iniciou a fala fazendo a leitura de trecho do “Jornal é o país: Nossos corpos na pandemia”. Buscou enfatizar a função social da Universidade e reafirmou que era preciso, dentro do contexto vivido, pensar sobre a formação

crítica e em como a Universidade iria se posicionar. Agradeceu aos conselheiros pelas manifestações de apoio à comissão. Afirmou que todo o trabalho da comissão não é um trabalho finalizado, que a comissão tinha consciência de que apresentava uma proposição baseada em dados e documentos contextualizados com a realidade de uma macrorregião. Quanto às lacunas que estão no documento, inferiu que o conselho tem a prerrogativa para discussão e definição da melhor decisão. Destacou a importância da leitura do relatório da comissão que apresenta informações importantes quanto às decisões da comissão. Destacou que a priorização do ensino remoto ao invés do ensino presencial tem relação direta com as taxas de ocupação dos espaços da Universidade. Sobre o indicador de óbitos e cobertura vacinal da comunidade, relatou que os pontos foram discutidos pela comissão, que o número de óbitos é considerado como indicador tardio, e que o indicador do diagnóstico ocorre a partir de 2 (dois) dias que a pessoa é infectada, e que considerava o número de óbitos um indicador tardio para a tomada de decisão. Com relação à cobertura vacinal, afirmou que a comissão tentou fazer o levantamento da taxa de vacinação de servidores e estudantes e os dados tem 50% (cinquenta por cento) de respostas dos estudantes e 62% (sessenta e dois por cento) de respostas dos servidores, e não pode ser utilizado já que não era um dado de completude. Com a definição da comissão pela não cobrança do cartão vacinal, foi dada preferência pela utilização de dados aos quais teriam acesso e poderiam possibilitar a tomada de decisão tanto para o avanço quanto para o retrocesso se necessário. **O Sr. Presidente, Jacques Miranda**, considerando o atingimento do teto estabelecido para o término da reunião, informou que seria convocada a continuação da reunião na semana seguinte para apresentação de mais elementos, com a intenção de ter o maior número possível de dados a partir de debates que devem ser feitos dentro das comunidades para serem trazidos ao Conselho, sabendo que o documento apresentado tratava-se de um ponto de partida para a tomada de decisão final. Sendo assim, **o Senhor Presidente, Professor Jacques Antonio de Miranda, agradeceu à presença de todos e suspendeu a sessão às dezoito horas e dois minutos. Às quatorze horas e seis minutos do dia dezoito de novembro de dois mil e vinte e um**, a reunião foi retomada por videoconferência através da plataforma “Google Hangouts Meet”, com transmissão ao vivo, em caráter ordinário, sob a presidência do Magnífico Reitor, **Professor Jacques Antonio de Miranda**, contando com a participação dos Pró-reitores e/ou representantes: **Daniéla Cristina Calado (PROEC), Leriane Silva Cardozo (PROPLAN), Adma Kátia Lacerda Chaves (PROGRAD), Jaqueline Fritsch (PROAD), Vanessa Godoy Kinoshita (PROTIC), Jucelyno Mayko Corado Macedo (PROGEP) e Cláudio Reichert do Nascimento (PROPGP)**; dos Diretores dos Centros: **Vera Regiane Brescovici Nunes (CMSMV), Valdeilson Souza Braga (CCET), Rubio José Ferreira (CEHU), Bruno Motta Oliveira (CMLEM), Maria Lidiany Tributino de Sousa (CCBS) e Jairo Torres Magalhães Junior (CMB)**; do Vice-diretor representando a Direção do Centro: **André Issao Sato (CMBJL)**; dos Representantes dos Técnico-administrativos em Educação: **Eumara Maciel dos Santos, Jarine Barboza Rocha Mensch, Keila Ferreira Gomes e Levi José Rodrigues**; dos Representantes dos Estudantes: **Anderson Souza Barbosa, Evellyn Dayana Vitória Rocha, Maria Eduarda da Silva Ladeia, Anna Caroline de Jesus Araújo e Maxsuel Daniel Santos da Rocha**; dos Representantes Docentes dos Centros: **Samuel Mazzinghy Alvarenga (CMLEM), e Tiago Samuel Bassani (CMSMV)**, e do Representante da Sociedade Civil, **Welliton dos Reis Santos**; para tratarem da seguinte pauta: **6) Relato da Comissão responsável pela elaboração da Proposta do Plano de Retomada das Atividades Acadêmicas Presenciais da Universidade Federal do Oeste da Bahia, para o ano de 2022, Processo 23520.009926/2021-20, Relatora: Conselheira Adma Kátia Lacerda Chaves**. Havendo *quórum*, o **Magnífico Reitor, Presidente do Consuni, Professor Jacques Antonio de Miranda**, cumprimentou a todos os conselheiros presentes em Barreiras, Barra, Bom Jesus da Lapa, Luís Eduardo Magalhães e Santa Maria da Vitória. Dando continuidade à 26ª Reunião Ordinária do Consuni, o Presidente fez um breve relato sobre as discussões da última sessão e informou que nesse intervalo organizou uma agenda para ouvir um pouco mais sobre algumas questões que tinham sido levantadas durante a reunião. Dentre as várias reuniões, destacou encontro com a Representação dos Estudantes dos cursos de graduação, Representação dos Estudantes do Consuni e Representação dos Estudantes dos Conselhos Diretores das unidades, onde ouviu os anseios e preocupações dos mesmos, onde também explanou sobre a dinâmica do trabalho realizado pela Comissão, culminando no recebimento de um Relatório da categoria com sugestões e contribuições para a construção do documento para atender as especificidades

dos cursos. Informou que participou da reunião do Pleno da Andifes onde foi possível compartilhar informações sobre a rede de universidades e o que cada uma tem vivenciado, sendo 69 (sessenta e nove) universidades, todas vivenciando os mesmos cenários e construindo uma perspectiva de retomada para o próximo ano. Informou também sobre reunião realizada na última semana com as universidades da Regional Nordeste, em que quase todas estiveram presentes, sendo discutidos alguns dos grandes desafios que terão para a retomada. Cientificou que os elementos cruciais para a tomada de decisão e planejamento das ações serão os serviços de rede de saúde, espaços de formação, atividades de campo, visitas técnicas, dentre outros. Finalizou a fala afirmando que um dos pontos fundamentais para convergir os debates na discussão dos documentos seria a construção dos elementos que irão nortear o plano, inclusive com respeito aos indicadores sanitários do plano de biossegurança. Em seguida, passou a palavra para a Conselheira Relatora e deixou aberto para apontamentos e sugestões. A conselheira **Adma Lacerda** relatou reuniões em que foi convidada a participar para apresentação e esclarecimentos sobre o plano de retomada no CCET e CMB e com a Coordenadoria de Ensino de Graduação, onde foram esclarecidas dúvidas e discutidos pontos como: calendário acadêmico, indicadores do Covid, práticas de ensino e estágios das licenciaturas. Na sequência, o conselheiro **Jairo Torres** apresentou sugestões retiradas de discussões com a comunidade do Campus: a) Importância de que as discussões se dêem de maneira propositiva e objetiva, para haver tempo para desencadear outros processos, necessários, após as aprovações pelo Consuni; b) Necessidade e desejo de todos os estudantes e servidores do retorno presencial, com todas as medidas de segurança necessárias, dadas as dificuldades de aprendizado do período remoto e cansaço generalizado de toda a comunidade em razão das atividades remotas. Apresentou dados levantados junto aos Colegiados sobre os trancamentos e desistências durante o período remoto, que considerou altos, levando em conta o baixo índice de ingressantes no ano de 2021. O conselheiro **Anderson Barbosa** relatou reunião que a Representação Estudantil teve com o Reitor e as Representações de cursos e manifestou que os estudantes apontaram a opção pelo retorno presencial. Apresentou dados de pesquisa feita junto ao corpo estudantil, que somou 1.173 (um mil, cento e setenta e três) estudantes que responderam ao formulário sobre a tipo de retorno e forma de ensino. Enfatizou que, de acordo com os dados apresentados, a maioria dos estudantes esperava pelo retorno presencial. O conselheiro **Valdeilson Braga** relatou que em discussão do Conselho Diretor do CCET foi apontada a necessidade do ensino presencial, considerando principalmente a questão da evasão, da qualidade do ensino, formação de profissionais com maior capacidade, além da perda da vivência acadêmica com o ensino remoto, e do desgaste emocional para estudantes e servidores durante o ensino e trabalho remotos. Destacou a redução de casos de Covid na região com o avanço na vacinação da comunidade, mas apontou a necessidade de preservação das medidas de segurança para um retorno seguro. Sobre as propostas dos calendários, informou que o Conselho Diretor era a favor de ofertar os semestres com períodos de férias, para haver descanso da comunidade entre um semestre e outro, e haver um bom desenvolvimento das atividades sem comprometer o andamento dos semestres, tendo sido dada a preferência por semestres de 15 (quinze) semanas, com intervalo de 5 (cinco) semanas, para recomposições, o que adentraria com semestres para o ano de 2023. Com a palavra, o conselheiro **Rubio Ferreira** informou que houve diálogos dentro da comunidade do CEHU com as representações e os coordenadores. Destacou alguns dos pontos de preocupações levantados: a) Referentes às possibilidades de retorno (remoto, presencial e híbrido), a forma como se daria, transporte e horários das aulas; b) Preocupação dos estudantes terem que estar de forma presencial visto que muitos moram fora da cidade; c) Questões referentes ao calendário de retorno; e, d) Índice de vacinação e contaminação. Com a palavra, antes de ceder a fala aos demais conselheiros, o **Presidente do Consuni** fez saudação especial ao Sr. Welliton dos Reis Santos que estava ocupando a cadeira da Representação da Sociedade Civil no Consuni. Informou que o mesmo representa a FETAG-BA - Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares no Estado da Bahia, e desejou as boas-vindas ao Conselho. O conselheiro **Welliton Santos** agradeceu as boas-vindas e demonstrou satisfação em participar do Conselho. Apresentou dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE quanto ao número de agricultores que nunca tiveram acesso a uma sala de aula. Informou que era dirigente sindical e que integra a diretoria da FETAG-BA, atuando como Secretário de Formação e Organização Sindical, e manifestou a importância das discussões para novas metodologias buscando a extensão do ensino. Em seguida, o conselheiro **Bruno**

Motta deu também as boas-vindas ao Representante da Sociedade Civil, que tem um papel importante junto ao Conselho trazendo o ponto de vista da comunidade externa. Relatou discussões ocorridas no CMLEM, com posicionamento de apoio às proposições objetivando o retorno mais rápido possível. Manifestou o entendimento de que o plano de retomada apresentado era baseado em indicadores, e que naturalmente iriam retornar presencialmente com a evolução dos indicadores. Apresentou dados de indicadores de estudos epidemiológicos da cidade de Luís Eduardo Magalhães e indicadores apresentados pelo GT-Covid/UFOB. Informou que, diante das propostas apresentadas, o CMLEM tinha preferência pela proposição de Calendário II, com considerações acerca de encargos docentes. A conselheira **Vera Nunes** relatou que, após reuniões do Conselho Diretor do CMSMV e comunidade deste, houve preocupação quanto ao plano de retomada e que nenhuma das duas propostas de calendário atendiam plenamente às necessidades do Centro, mas que optavam pelo Calendário II, com semestres de 15 (quinze) semanas cada. Apontou as seguintes preocupações levantadas pelo Centro: a) Escalonamento de horários para os estudantes; b) Questionamentos quanto a segurança; e, c) Não exigência da carteira de vacinação. O conselheiro **André Sato** informou que no CMBJL foram realizadas reuniões do Conselho Diretor para discussões, onde fizeram apontamentos importantes a serem avaliados: a) Com relação às disciplinas teóricas do plano de retomada, que propõe atividades remotas para as disciplinas teóricas; b) Sobre a cobertura vacinal e a representatividade desse índice na comunidade estudantil; c) Indicativo de atividades extensionistas, com atividades híbridas e presenciais somente para as áreas de saúde, pois o Conselho Diretor compreende que a pandemia afetou não somente questões de saúde, e que realizar atividades de extensão híbridas e presenciais voltadas a outros aspectos sociais também era importante; e, d) Sobre o calendário acadêmico, a proposta que mais atenderia a realidade do Centro seria a Proposta I de 2 (dois) semestres regulares. Logo após, a conselheira **Jarine Mensch** afirmou, sobre as propostas de calendário, que enquanto TAE, que trabalha diretamente no planejamento e cadastro acadêmico, a Proposta II traria mais sobrecarga às atividades, e que talvez não seja possível cumprir o calendário. Que traria grandes possibilidades de atraso e até de não cumprimento das etapas, e que a categoria opinava pela Proposta I. Apontou estudos que demonstravam os benefícios do teletrabalho, dentre eles a diminuição de custo para o governo com energia, mobiliário, espaço físico, dentre outros; para a sociedade: menos carros e congestionamento, poluição; e para o servidor: melhoria da qualidade de vida evitando trânsito, roubo, acidente, etc. Inferiu que atualmente já existem dispositivos legais que permitem sua implementação no serviço público federal de forma definitiva. Mas ressaltou que nem todos os setores de um órgão poderão participar. Considerando que o Ministério da Educação - MEC já havia autorizado a implantação do teletrabalho para seus órgãos vinculados, apresentou questionamento da categoria TAE sobre se a UFOB estava atuando de maneira a criar uma equipe de estudos para verificar a viabilidade de implantação do teletrabalho na Instituição, e manifestou o interesse da categoria na discussão. O **Presidente Jacques Miranda** informou que havia uma agenda em discussão que deve ser feita e pautada a partir de dezembro em conjunto com a Sindicato dos Trabalhadores Técnico-administrativos da Universidade Federal da Bahia - Assufba. Sobre os demais apontamentos dos conselheiros, apontou que existem questões quanto ao número de semestres e controle de segurança, que fazem parte do plano, que pode também ter alteração na definição de suas fases, baseada em dados científicos. Aquiesceu serem evidentes as dificuldades relacionadas ao ensino remoto e que a Instituição passa por um momento de esforço para não interromper o trabalho, buscando a preservação da vida, e que alguns elementos da proposta ainda precisam de complementação. Sugeriu definirem o calendário, a resolução e o plano de retomada nas suas devidas fases. Com a palavra, a conselheira **Maria Lidiane Sousa** parabenizou o zelo dos envolvidos nas propostas do plano de retomada. Relatou reuniões realizadas com os estudantes, docentes e técnicos do CCBS, e que as propostas apresentadas passaram em reunião do Conselho Diretor do Centro. Apresentou as seguintes proposições: a) Não haver o indicador de cobertura de leitos para mudança de fase; b) Importância de considerar o passaporte vacinal; c) No plano de biossegurança, observar a possibilidade de redução do distanciamento social, observando o usos das medidas de segurança; d) Fazer análise do transporte público para a retomada presencial; e, e) Criar comissões com os docentes dos cursos para analisar a viabilidade do retorno presencial e/ou híbrido. Sobre o calendário, a Conselheira informou que as propostas não contemplavam as necessidades do Centro e que construíram outra proposta com 3 (três) períodos, sendo 1 (um)

período regular de 16 (dezesseis) semanas, das quais: 2 (duas) semanas seriam de planejamento e 6 (seis) semanas de reposição; e outro período regular de 16 (dezesseis) semanas, com as considerações da proposta II, levando em conta os recessos e feriados como períodos assíncronos. A relatora **Adma Lacerda** compreendeu, pelas colocações dos conselheiros, que a Proposta II tinha maior aceitação e interesse, mas que era preciso analisar o documento que possibilita a flexibilização dos dias letivos do ano de 2021, e destacou que ainda não existia norma legal possibilitando a flexibilização dos dias letivos para o ano de 2022. Informou que a LEI N° 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo n° 6, de 20 de março de 2020, e altera a Lei n° 11.947, de 16 de junho de 2009, possibilita a flexibilização dos dias letivos de 2021, assegurando a conclusão dos períodos letivos do ano de 2021, mesmo estes terminando em 2022. Sobre o calendário, destacou que o primeiro período está disponibilizado, preferencialmente, para as disciplinas teóricas, mas que não há impedimento do oferecimento de disciplinas práticas que estejam represadas. Explicou como se deram os cálculos dos encargos para disponibilização dos períodos semanais. Esclareceu que a comissão fez proposição de não haver componentes assíncronos teóricos, porque o calendário atenderia à oferta completa da carga horária dos componentes. Que se houver oferta da integralidade da carga horária prática não haveria necessidade de momentos assíncronos. Em seguida, o **Presidente do Consuni** enfatizou que as propostas de calendário acadêmico estão trabalhando para o retorno presencial, e que o referencial era o condicionante de atendimento aos requisitos sanitários. Nesse sentido, os conselheiros passaram a discutir as propostas para os períodos do Calendário Acadêmico. Os conselheiros **Valdeilson Braga, Evellyn Rocha, Jairo Torres, Bruno Motta, Rubio Ferreira e Vera Nunes**, contribuíram na discussão apresentado dados dos Centros, da comunidade estudantil e dos servidores docentes e técnicos, e pontos a serem observados como: período de férias; planejamento; ofertas de componentes represados; intervalo entre os semestres; tempo necessário para inserir os dados no sistema; dificuldades quanto às ofertas de 2 (dois) ou 3 (três) semestres; conclusão de disciplinas dos semestres remotos que foram divididas no período; como ficariam os semestres para os estudantes que não tem disciplinas práticas; planejamento institucional e organização das atividades acadêmicas; alto grau de problemas de saúde mental, decorrentes sobretudo de excesso de atividades; caso haja variação nos indicadores, se os semestres seriam remotos ou híbridos; quantitativo de estudantes nas turmas; impacto maior nas turmas iniciais que tem número maior de estudantes. O **Presidente Jacques Miranda**, respondendo às falas e contribuições dos conselheiros, manifestou preocupação de que se a população não se vacinar, será retomado novamente o surto da pandemia, o que implicaria seriamente na decisão quanto ao retorno. Em relação à proposta de 3 (três) semestres dentro de um ano, manifestou ressalva, visto que ocasionaria muitas dificuldades administrativas e acadêmicas para implementação. Explicou as possibilidades de apresentação de demandas reais das turmas para semestres ímpares e pares. Sobre as questões associadas ao problema que foi o ano de 2021 para disponibilização dos componentes/disciplinas. Evidenciou que, em termos de planejamento, há a possibilidade de colocar dentro do período maior uma série de reposições e complementações, que é um fator positivo em relação à proposta de um período mais longo. Que a proposta de 3 (três) períodos pode levar a dificuldades na hora do planejamento e realização das atividades propostas para 2022. Seria mais importante traçar um caminho com as vantagens e desvantagens de cada uma das propostas para se chegar mais facilmente a um consenso. A conselheira **Adma Lacerda** demonstrou preocupação com o entendimento de atrelamento do plano de retomada com a decisão do calendário. Explicou que a comissão discutiu a questão do avanço e do retrocesso no plano de retomada e os impactos no planejamento acadêmico, e que ao ocorrer o avanço dos casos positivos de Covid o planejamento não alteraria o número de estudantes no componente curricular, podendo alterar apenas a ocupação de espaços na Universidade, o que não interferiria no planejamento, mas apenas na ocupação dos espaços. Quanto ao planejamento, informou a necessidade de atenção às oscilações nos indicadores e que o professor, durante o processo de planejamento do seu plano de ensino, devia ter ciência de que havendo necessidade o plano presencial poderá retomar a uma condição de retorno remoto. Que essas questões não afetarão o modelo de calendário a ser decidido. Manifestou preocupação com a proposta de adiamento da regularização dos semestres letivos com o calendário civil e apontou que para o ano de 2021 existe a prerrogativa de flexibilização para

regularização do ano letivo com o ano civil, o que não é previsto para o ano seguinte. Considerou ser necessário que as unidades acadêmicas, em seu planejamento, elenquem quais os conteúdos que precisam de complementação durante os semestres. Especificou que, em função do distanciamento físico, os laboratórios não vão comportar o número máximo de estudantes, havendo as reposições para contemplar essas turmas que não podem ocupar os espaços físicos. Na sequência, o **Presidente Jacques Miranda** esclareceu que houve um esforço da instituição de tentar desenvolver as atividades dentro das limitações, que tem cobertura do Conselho Nacional de Educação nos anos de 2020 e 2021, para o não cumprimento dos 200 (duzentos) dias letivos e que, até então, é a última oportunidade que a Instituição tem para a regularização dos semestres. Apontou que, dentro da organização institucional a possibilidade da Proposta II seria mais viável. Chamou a atenção para a necessidade de definição dos marcos referenciais do calendário para deliberação pela Câmara de Ensino, Assuntos Estudantis e Ações Afirmativas. Após discussões e contribuições dos conselheiros **Valdeilson Braga, Rubio Ferreira, Bruno Motta, Jacques Miranda e Vera Nunes** foram encaminhadas as propostas para definição do início do retorno das atividades, sendo: a) Proposta I - 14/02/22; b) proposta II - 07/02/2022; e, c) proposta dos conselheiros - 07/03/22. Não havendo novas contribuições e propostas, o **Senhor Presidente do Conselho submeteu ao regime de votação as propostas do marco referencial para início do Calendário Acadêmico para o ano de 2022, tendo sido obtida a seguinte votação: a) proposta I - 14/02/22, 6 (seis) votos; b) proposta II - 07/02/2022, 3 (três) votos; e, c) proposta dos conselheiros - 07/03/22, 12 (doze) votos, sendo aprovada a proposta para início do Calendário Acadêmico para o ano de 2022 a data de 07/03/2022.** Em seguida, o conselheiro **Bruno Motta** sugeriu que a discussão fosse suspensa e continuada na próxima reunião, considerando a importância de, com a definição da data de início do calendário, a comunidade possa discutir e organizar propostas à luz desse marco aprovado, tendo a corroboração dos demais conselheiros. **O Presidente Jacques Miranda acolheu a solicitação para continuar as discussões na próxima sessão e suspendeu a reunião às dezessete horas e quarenta e cinco minutos. Às quatorze horas e sete minutos do dia vinte e cinco de novembro de dois mil e vinte e um,** a reunião foi retomada por videoconferência através da plataforma “Google Hangouts Meet”, com transmissão ao vivo, em caráter ordinário, sob a presidência do Magnífico Reitor, **Professor Jacques Antonio de Miranda**, contando com a participação do Vice-Presidente do Consuni, o Vice-reitor, Professor **Antonio Oliveira de Souza**, dos Pró-reitores e/ou representantes: **Daniéla Cristina Calado (PROEC), Leriene Silva Cardozo (PROPLAN), Adma Kátia Lacerda Chaves (PROGRAD), Jaqueline Fritsch (PROAD), Clayton da Silva Barcelos (PROGEP) e Cláudio Reichert do Nascimento (PROPGP);** dos Diretores dos Centros: **Vera Regiane Brescovici Nunes (CMSMV), Valdeilson Souza Braga (CCET), Rubio José Ferreira (CEHU), Bruno Motta Oliveira (CMLEM), Jairo Torres Magalhães Junior (CMB) e Rafael da Conceição Simões (CCBS);** do Vice-diretor representando a Direção do Centro: **André Issao Sato (CMBJL);** dos Representantes dos Técnico-administrativos em Educação: **Jarine Barboza Rocha Mensch, Keila Ferreira Gomes e Levi José Rodrigues;** dos Representantes dos Estudantes: **Evellyn Dayana Vitória Rocha, Lorena Braga de Souza e Matheus Pereira da Silva;** dos Representantes Docentes dos Centros: **Samuel Mazzinghy Alvarenga (CMLEM), Tiago Samuel Bassani (CMSMV) e Luci Pereira Ribeiro (CCBS);** para tratarem da seguinte pauta: **6) Relato da Comissão responsável pela elaboração da Proposta do Plano de Retomada das Atividades Acadêmicas Presenciais da Universidade Federal do Oeste da Bahia, para o ano de 2022, Processo 23520.009926/2021-20, Relatora: Conselheira Adma Kátia Lacerda Chaves.** Havendo *quórum*, o **Magnífico Reitor, Presidente do Consuni, Professor Jacques Antonio de Miranda**, cumprimentou a todos os conselheiros presentes em Barreiras, Barra, Bom Jesus da Lapa, Luís Eduardo Magalhães e Santa Maria da Vitória. Dando continuidade à 26ª Reunião Ordinária do Consuni, o Presidente fez um breve relato das discussões da sessão anterior e informou que foi definido o marco temporal para início das aulas em 07/03/2022, restando definir a proposta de organização das atividades e períodos letivos para 2022, e passou a palavra à Relatora da comissão para continuação das discussões. A conselheira **Adma Lacerda** cumprimentou a todos e informou que a comissão elencou pontos norteadores para definição da proposta de calendário. Que a proposta é pautada em regular o ano letivo com o ano civil, o que se faz institucionalmente importante porque impacta na matriz de distribuição de recursos à Universidade. Que estamos em um ano civil

atípico e os impactos serão sofridos nos próximos exercícios. Que em 2021 houve a redução de ocupação das vagas de 90% (noventa por cento) para 70% (setenta por cento), o que também impacta no orçamento da Instituição. Que ainda não tem dados fechados quanto à evasão, mas que estes também irão impactar na taxa de diplomação ao final do ciclo de formação dos cursos. Explicou a importância de definir o momento de ingresso dos candidatos que participarão do processo seletivo Sisu 2022. Apresentou os aspectos e motivações das duas propostas de calendário encaminhadas pela Comissão: Proposta 1 - A proposta consiste em: a) Dois períodos, um com 21 (vinte e uma) semanas e outro com 20 (vinte) semanas; b) Último dia de aula do segundo período até 17/12/2022; c) Recesso acadêmico, entre um período e outro, de pelo menos 22 (vinte e dois) dias; d) Os feriados não serão considerados como dias letivos; e) Primeiro período/semestre: 21 (vinte e uma) semanas (120 dias letivos) - Início: 14/02/2022 e Fim: 09/07/2022 - Segundo período/semestre: 20 (vinte) semanas (115 dias letivos) - Início: 01/08/2022 e Fim: 17/12/2022 - Recesso acadêmico: (22 dias corridos) - Início: 11/07/2022 e Fim: 31/07/2022 - Total de dias letivos no ano: 235 (duzentos e trinta e cinco); Proposta 2 - A proposta consiste em: a) Três períodos, sendo um de 5 (cinco) semanas para reposição das turmas práticas e dois regulares de 16 (dezesesseis) e 17 (dezesete) semanas, respectivamente; b) Último dia de aula do segundo período até 17/12/2022; c) Recesso acadêmico de pelo menos 15 (quinze) dias; d) Considerar os feriados como dias letivos assíncronos, exceto para o período de reposição; e) Período de reposição: 05 (cinco) semanas (30 dias letivos) - Início: 07/02/2022 - Fim: 16/03/2022 (com a reposição dos dias de feriado) - Primeiro semestre: 16 (dezesesseis) semanas (96 dias letivos) Início: 04/04/2022 - Fim: 23/07/2022 - Segundo semestre: 17 (dezesete) semanas (105 dias letivos) - Início: 18/08/2022 - Fim: 17/12/2022 - Recesso acadêmico: (23 dias corridos) - Início: 25/07/2022 - Fim: 17/08/2022 - Total de dias letivos considerando os dois semestres regulares: 201 (duzentos e um). Em seguida, o conselheiro **Rafael Simões** parabenizou a comissão pelo trabalho realizado e apresentou questões levantadas junto à comunidade do CCBS: a) Necessidade de ter um momento de reposição para as disciplinas práticas (para que essas possam ser ofertadas no período de férias, como cursos de férias entre os semestres regulares de 6 (seis) semanas); e, b) Definir as diretrizes e parâmetros do calendário no Consuni (para que com base nisso a CEAA possa propor e aprovar o calendário acadêmico). Em resposta, o **Presidente do Consuni** informou que o papel Consuni é macro, que não consegue abarcar algumas especificidades, e que a definição calendário é matéria da Câmara, sendo alguns aspectos definidos dentro dos próprios Centros. O Presidente também respondeu a questionamentos encaminhados por meio do “Chat” do Youtube: 1) “Gabriel Freitas - Considerem oferecer matérias teóricas no semestre de reposição” - informou que não encontrava problema para o oferecimento das matérias, e, havendo possibilidade, poderia ser realizado por decisão e planejamento da unidade acadêmica; 2) “Raquel Souza - As disciplinas que precisam de campo também serão ofertadas nesse semestre de reposição?” - respondeu que da forma que tem sido realizado o semestre, assegurar a realização das atividades de campo, independente do calendário, seria um fator bem favorável. Em seguida, o Presidente chamou a atenção para atividades que ainda dependem de liberações de parcelas orçamentárias e também questionou como seria a aplicação desse período de reposição para os Centros ou cursos que não tenham disciplinas a serem ofertadas. Os conselheiros **Adma Lacerda, Jairo Torres, Bruno Motta, Rubio Ferreira, Cláudio Reichert, Rafael Simões, Valdeilson Braga, Vera Nunes e Antonio Oliveira** apontaram dados quanto aos desmembramentos de turmas, quantitativo de turmas oferecidas nos semestres remotos, Escola de Estudos Temáticos, outras atividades complementares àquelas disciplinas realizadas de maneira remota, necessidade de diplomação dos estudantes, demanda de renovação de contratos de docentes por tempo determinado, oferta de componentes em formato concentrado pelos docentes, impactos ao calendário da pós-graduação em razão da demanda do ensino de graduação, demandas represadas dos centros e como se dará o ingresso dos calouros. Logo após, a conselheira **Adma Lacerda** esclareceu como seriam oferecidas as disciplinas e encargos, para componentes práticos e teóricos e a conselheira **Leriane Cardozo** informou que os dados apresentados para o orçamento consideraram todos os cursos. Respondendo a mais uma pergunta encaminhada no “Chat” do Youtube: “Anderson Dantas da Silva Brito - Existe algum estudo na instituição sobre os impactos psicológicos oriundos de determinadas rotinas corridas e curtas para dar conta do que normalmente precisariam de mais tempo de aplicação?”, o **Presidente** informou que não havia nada específico, mas que nos últimos semestres tem sido feito um esforço para realizar coleta

de informações e registros das discussões e debates, para que se possa sistematizar os dados e nortear as decisões quanto ao tema. Informou que a Progep tem trabalhado com uma política voltada à saúde da comunidade acadêmica. Registrou que, devido às particularidades de algumas unidades, as ações unificadas poderão ser dificultadas, exigindo um trabalho específico para a unidade, mas nada que com o diálogo permanente e esforço de todas não possa ser sanado da melhor forma. Passou à análise das proposições da Comissão e das encaminhadas pelos conselheiros durante as reuniões, sendo quatro proposições: i) 2 (dois) períodos de 21 (vinte e uma) e 20 (vinte) semanas; ii) 3 (três) períodos, sendo o primeiro menor como etapa que antecederia os semestres regulares de 5 (cinco), 16 (dezesesseis) e 17 (dezesete) semanas; iii) 3 (três) períodos, um dos períodos de reposição e ajuste nas demais semanas; e, iv) 2 (dois) semestres consecutivos com acréscimo de 1 (um) semestre letivo para tentar regularizar o calendário acadêmico com o calendário civil, porém sem concluir em 2022. O Presidente fez referência à pesquisa feita pelos estudantes, que foi compartilhado antes da reunião com todos os conselheiros, com amostragem em torno de 30% (trinta por cento) dos estudantes, atingindo todos os cursos, e que a proposta mais adequada para 53% (cinquenta e três por cento) dos estudantes seria a proposta de calendário 2. Os conselheiros **Jairo Torres, Bruno Motta, Rubio Ferreira, Adma Lacerda e Valdeilson Braga** discutiram em torno das propostas apresentadas e manifestaram preocupações quanto aos impactos que serão sofridos a depender da proposta escolhida, os quais foram esclarecidos pontualmente pelo Presidente. A conselheira **Evellyn Rocha** cumprimentou a todos e apresentou manifestação dos estudantes sendo favoráveis a realização de 3 (três) semestres, sendo contrários à sobreposição. Informou que com 2 (dois) semestre acreditava que a evasão seria muito maior. Que a Representação Estudantil entende toda a problemática gerada em torno da parte de administração com um calendário dividido, mas que mesmo com os percalços a serem enfrentados acreditava ser a melhor opção. A conselheira **Adma Lacerda** esclareceu que as reposições seriam referentes aos componentes que ficaram sendo devidos e que a sobreposição traria o contínuo pedagógico, fazendo ofertas pares e ímpares, e também a possibilidade de ofertar o ingresso dos novos estudantes logo no início do ano. Os conselheiros fizeram uma nova rodada de discussões levando em conta os últimos apontamentos. Manifestaram preocupação com trancamentos de matrículas, pois não teria como saber previamente a partir de que momento os estudantes estarão ingressando na Universidade. Em tempo, informo que às dezessete horas e cinquenta minutos a conselheira Jarine Mensch solicitou se retirar da reunião para atendimento de compromisso agendado, que foi acolhida pelo Presidente. Com a palavra, a conselheira **Leriane Cardozo** destacou a necessidade do Conselho se debruçar sobre as características debatidas, pensando no ingresso dos estudantes. Que era possível pensar em soluções para atender a todas as demandas em articulação com as três categorias, levando em consideração o amplo debate. Dando sequência às discussões, os conselheiros debateram sobre o prazo de planejamento e outros aspectos que impactam na realização dos semestres. O conselheiro **Matheus Silva** manifestou o entendimento de que dois semestres não diluiriam a carga horária semanal, o que não contemplaria a categoria estudantil, fazendo coro à opção de três semestres para o ano de 2022. O **Presidente Jacques Miranda** relatou que, a partir dos elementos apontados, a unidades poderiam fazer um estudo de impacto e amadurecer o melhor procedimento para ser trazido à discussão no Conselho na sessão seguinte que seria agendada para a próxima semana, dando continuidade à apreciação das propostas, ao que todos concordaram. Sendo assim, o **Senhor Presidente, Professor Jacques Antonio de Miranda, agradeceu à presença de todos e suspendeu a sessão às dezoito horas e quatorze minutos. Às quatorze horas e oito minutos do dia trinta de novembro de dois mil e vinte e um,** a reunião foi retomada por videoconferência através da plataforma “Google Hangouts Meet”, com transmissão ao vivo, em caráter ordinário, sob a presidência do Magnífico Reitor, **Professor Jacques Antonio de Miranda**, contando com a participação do Vice-Presidente do Consuni, o Vice-reitor, Professor **Antonio Oliveira de Souza**, dos Pró-reitores e/ou representantes: **Daniéla Cristina Calado (PROEC), Cláudio José Oliveira dos Reis (PROPLAN), Adma Kátia Lacerda Chaves (PROGRAD), Kalesson Martins de Alencar (PROAD), Clayton da Silva Barcelos (PROGEP); Cláudio Reichert do Nascimento (PROPGP) e Uiliam Rangel Amorim Souza (PROTIC);** dos Diretores dos Centros: **Valdeilson Souza Braga (CCET), Rubio José Ferreira (CEHU), Bruno Motta Oliveira (CMLEM), Jairo Torres Magalhães Junior (CMB), Tony Silva Almeida (CMBJL) e Rafael da Conceição Simões (CCBS);** dos Vice-diretores representando as Direções dos Centros:

Andre Bomfim dos Santos (CMSMV) e **Pablo Antonio Iglesias Magalhães (CEHU)**; dos Representantes dos Técnico-administrativos em Educação: **Jarine Barboza Rocha Mensch** e **Levi José Rodrigues**; dos Representantes dos Estudantes: **Evellyn Dayana Vitória Rocha**, **Anna Caroline de Jesus Araújo** e **Anderson Souza Barbosa**; dos Representantes Docentes dos Centros: **Samuel Mazzinghy Alvarenga (CMLEM)** e **Tiago Samuel Bassani (CMSMV)** e do Representante da Sociedade Civil, **Welliton dos Reis Santos**; para tratarem da seguinte pauta: **6) Relato da Comissão responsável pela elaboração da Proposta do Plano de Retomada das Atividades Acadêmicas Presenciais da Universidade Federal do Oeste da Bahia, para o ano de 2022, Processo 23520.009926/2021-20, Relatora: Conselheira Adma Kátia Lacerda Chaves.** Havendo *quórum*, o **Magnífico Reitor, Presidente do Consuni, Professor Jacques Antonio de Miranda**, cumprimentou a todos os conselheiros presentes em Barreiras, Barra, Bom Jesus da Lapa, Luís Eduardo Magalhães e Santa Maria da Vitória. Dando continuidade à 26ª Reunião Ordinária do Consuni, o Presidente fez um breve relato das discussões da sessão anterior, importantes para os encaminhamentos do Conselho. Informou que participou de reunião com as direções dos Centros para levantamento de dados específicos de algumas demandas e alguns ajustes às propostas de calendário: demandas que envolvem os novos calouros, impactos nas ofertas dos cursos existentes nas unidades, possibilidades de ajustes, capacidade de reposição de demandas que foram comprometidas durante a pandemia, necessidades específicas de cada unidade para atender às demandas não realizadas de 2020 e 2021 para mitigar os impactos de alguns prejuízos já ocorridos e preocupação em relação à sobrecarga aos estudantes. Esclareceu que o Conselho, após análise das propostas, poderá encaminhar decisão para a regularização da oferta, se atentando à necessidade de preservação de intervalos entre um semestre e outro para possibilitar os registros administrativos. Que um dos consensos que houve em reunião com as direções dos Centros contempla proposição que compreende dois períodos letivos maiores, que poderiam atender às demandas gerais da Universidade, para oferta de componentes pendentes nos demais períodos. Em seguida, abriu a palavra às direções de Centro para manifestação. O conselheiro **Jairo Torres** cientificou que não existe um cenário perfeito, mas as ponderações do Presidente eram pertinentes e que, apesar da proposta não resolver todos os problemas, era a que melhor representava a Instituição num cenário geral. O conselheiro **Rubio Ferreira** expôs que a partir de reuniões com as categorias foram levantadas situações e desafios a serem enfrentados por todos. Que não existe uma solução única para todos os Centros e dentre as propostas, a apresentada pelo Presidente era a que melhor diminuiria os impactos para todos. O conselheiro **André Bomfim** concordou com a proposta do Presidente. Acrescentou que era uma combinação de um retorno presencial em um cenário móvel ainda marcado pela indefinição, com o surgimento de nova variante do vírus. Que era importante ainda pensar na preservação da vida e em uma readaptação a esse novo contexto presencial. Logo após, o **Presidente Jacques Miranda** ressaltou a importância dessa avaliação consciente de todas as unidades. Que o acréscimo de algumas semanas ao calendário aumenta em torno de 25% (vinte e cinco por cento) o tempo para reposição de componentes anteriores sem que haja sobrecarga semanal aos estudantes e docentes. O conselheiro **Tony Almeida** manifestou a preocupação quanto às limitações das unidades, mas achou importante a proposta para tentar reaver algumas das perdas sofridas. O **Presidente do Conselho** fez os apontamentos quanto aos pontos principais para que todos os Centros fossem melhor contemplados. Fez um apanhado sobre as vantagens e desvantagens das propostas de dois períodos, um com 21 (vinte e uma) semanas e outro com 20 (vinte) semanas; três períodos, sendo um de 5 (cinco) semanas para reposição das turmas práticas e dois regulares de 16 (dezesesseis) e 17 (dezesete) semanas respectivamente; e da proposta com dois períodos, sendo o primeiro mais longo possibilitando a recomposição dos componentes não oferecidos nos semestres anteriores. Reforçou que a última proposta, mista, atenderia com maior abrangência a todos os Centros. Que sendo o primeiro período mais longo seria possível repor, se não todos, a maior parte dos componentes, com um tempo razoável que não acarretaria em sobrecarga para docentes e estudantes. Consultou aos conselheiros sobre o posicionamento e possibilidade de convergência de decisão para a proposta mista. O conselheiro **Rafael Simões** reforçou a fala do Presidente e dos Diretores. Informou que o CCBS trouxe uma proposta, mas que era preciso pensar na questão institucional, com o menor prejuízo possível para toda a Universidade. Ressaltou que não era possível resolver todos os problemas com uma única ação tentando abranger todas as especificidades, mas que seria necessário construir uma solução coletiva que consiga minimizar ao máximo os impactos da

pandemia nesses últimos dois anos. O conselheiro **Bruno Motta** informou que a comunidade do CMLEM se sentia contemplada com uma proposta mista. Ressaltou que as flexibilizações para que os estudantes possam se matricular em componentes concomitantes, de forma a repor os componentes de 2021, tornaria esse processo mais fluido. O **Presidente Jacques Miranda** destacou que há um desafio grande para as gestões para a implementação do planejamento com a extensão no número de semanas para que seja realmente efetivo, sendo o primeiro período de 21 (vinte e uma) semanas letivas descontando os feriados, o segundo período de 16 (dezesesseis) semanas letivas, um intervalo de 28 (vinte e oito) dias corridos entre um semestre e outro, com encerramento do calendário por volta do dia 18/12/22. **Consultou se os conselheiros se sentiam à vontade para encaminhar como consenso a proposta mista, que irá contemplar a sobreposição dos anos de 2021 e 2022 para consolidação do período letivo. Por consenso, os conselheiros acolheram a proposição de proposta mista de sobreposição dos anos de 2021 e 2022, com dois semestres, sendo o primeiro mais longo para permitir a oferta dos componentes que não foram possíveis de serem oferecidos nos semestres anteriores.** O **Presidente Jacques Miranda** informou que a decisão iria orientar o trabalho da CEAA para elaboração da agenda e calendário acadêmicos e que cada unidade poderia indicar a forma possível de ingresso para 2022. Deu continuidade à discussão com relação ao plano de retomada e os ajustes necessários. Passou a palavra para a conselheira Relatora para conduzir a discussão do item. A conselheira **Adma Lacerda**, tratando sobre o plano de retomada, passou à análise sobre os dados epidemiológicos e condicionantes. Esclareceu que para a implementação do Plano de Retomada das Atividades Acadêmicas Presenciais faz-se necessária a capacitação das pessoas para o uso correto das medidas de mitigação da Covid-19, das medidas estabelecidas no Plano de Biossegurança e das orientações acerca do monitoramento da comunidade acadêmica. Destacou ser imprescindível uma comunicação eficiente com a comunidade com uso de materiais de comunicação e a disponibilidade de insumos referentes aos Equipamentos de Proteção Individual - EPIs e Equipamentos de Proteção Coletiva - EPCs. Que para a realização das atividades presenciais em qualquer das fases do plano de retomada das atividades acadêmicas deveria ser observado o cumprimento dos condicionantes, os quais relacionou aos Conselheiros: Conhecer e seguir as diretrizes do Protocolo de Biossegurança da UFOB; Realizar o monitoramento dos indicadores adotados no Plano de retomada das atividades acadêmicas presenciais; Servidores, estudantes e terceirizados com indicação de retorno para atividade presencial devem preencher e assinar o Termo de Ciência e Responsabilidade para Realização de Atividades Presenciais na vigência da pandemia de Covid-19, disponibilizado no SIG; Contra-indicação de atividades presenciais para servidores e estudantes em situação de vulnerabilidade para a Covid-19. Os Conselheiros tiraram dúvidas sobre o atendimento aos condicionantes, ao que a relatora esclareceu. Apresentou o item “Comunicação”, ao qual não houve dúvidas ou questionamentos. Passou aos indicadores e fases do plano de retomada para o estabelecimento das faixas e fases de retorno. Explicou que para a elaboração das etapas de retomada das atividades presenciais no âmbito da UFOB foi realizada uma ampla revisão de literatura a partir da qual foram selecionados indicadores recomendados por órgãos e/ou instituições governamentais nacionais e internacionais para a realização do planejamento da retomada: a) Incidência da doença nos municípios sede de campus da UFOB e na macrorregião de saúde Oeste; b) Taxa de ocupação de leitos clínicos e de UTI exclusivos para pacientes com Covid-19 na macrorregião; c) Capacidade de implementação das medidas de mitigação em cada campus; e, d) Cobertura vacinal completa contra a Covid-19 da população geral do município sede de campus. Esclareceu que foram utilizados indicadores regionais da população elegível para a cobertura vacinal completa para o estabelecimento das fases de retorno. Os conselheiros **Rafael Simões, Jairo Torres, Bruno Motta, André Bomfim e Valdeilson Braga** fizeram apontamentos quanto à utilização do indicador de cobertura vacinal da comunidade acadêmica da UFOB, visto que seria um indicador muito importante, e avaliar se a taxa de mortalidade não seria mais eficiente que a taxa de ocupação de leitos, considerando os novos aspectos da doença. Sugeriram aumentar valores máximos de incidência a cada cem mil habitantes, considerando que a vacinação não impede a infecção, portanto continuará havendo transmissão. Apresentaram propostas para definição das fases: a) sugestão de seguir proposta do plano da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, no que se refere aos casos de contaminação a cada 100.000 (cem mil) habitantes: Fase 1: 0-19; Fase 2: 20-99; Fase 3: 100-199 e Fase 4: ≥ 200 ; b) trocar o indicador de ocupação de leitos por taxa de mortalidade; c) possibilidade de

apresentação do cartão vacinal pela comunidade acadêmica. Em tempo, informo que as quinze horas e cinquenta e cinco minutos o conselheiro Rubio José Ferreira informou pelo “chat” da reunião que devido a compromissos da instituição precisaria se retirar da reunião, sendo substituído por seu suplente o Vice-diretor, Professor Pablo Antonio Iglesias Magalhães. Dando continuidade às discussões, a conselheira **Adma Lacerda** informou, em relação ao uso do passaporte vacinal, que a comissão fez análise sobre a possibilidade de cobrança do cartão de vacinação chegando ao entendimento de que fazer a cobrança no ato da matrícula e não ter o controle da comunidade circulante, não seria exequível ou surtiria o efeito desejado, mas que o conselho poderia deliberar pela utilização do passaporte vacinal. Que sobre a vacinação completa, a comissão entendia pela necessidade da utilização de dados da população elegível para utilização do indicador. Que sobre a distribuição das taxas de contaminação, precisaria haver uma proposição para o redimensionamento das faixas para as fases. Que sobre a utilização, como referência, do documento da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, esclareceu que a Fundação atualizou o documento ao longo do tempo e que, de fato, na proposta apresentada, ficou referenciado o documento de 2020, que traz cinco fases, porém, a comissão utilizou quatro fases, entendendo que a fase gravíssima era a do início de 2020, que sofreu um decréscimo ao longo do tempo e imunização da população. Ressaltou que os espaços da Universidade são pequenos e mentém as pessoas próximas durante uma quantidade de horas significativas por dia. Explicou como se deu a definição das fases pela comissão. Destacou que a UFMG utilizou indicadores da Secretaria de Saúde do Estado de Minas Gerais, que são diferentes dos indicadores do Estado da Bahia, não podendo ser utilizados os mesmos moldes. Tratando da “taxa de ocupação de leitos”, informou que existe a situação de flutuação da taxa de ocupação de leitos tanto em função da desativação dos leitos, quanto em função de possíveis ativações de leitos, sendo um indicador importante que mostra a gravidade do serviço de saúde, sendo mais efetivo em relação a utilização de indicador de taxa de mortalidade, considerando ser um indicador tardio para a tomada de decisão. Em relação às faixas dentro das fases, por serem indicadores importantes, seria adequado não promover alterações nas faixas das taxas dos indicadores no sentido de possibilitar o retorno presencial precocemente. Que a Comissão não se sentiu à vontade para fazer alterações na distribuição das taxas, pois, o estabelecimento das taxas por fase, foram realizados por especialista a partir de estudos amplos. O conselheiro **Rafael Simões** expôs que a taxa de ocupação de leito reflete a capacidade do Estado de responder aos efeitos da pandemia, sendo extremamente importante, mas não é o único indicador que reflete essa capacidade e, com o avanço da vacinação, a taxa de ocupação de leitos deve ser analisada de forma relativa devido aos efeitos da Covid que se arrefeceram. Chamou a atenção para a necessidade de definição da fase em que iriam iniciar o período letivo, pois o planejamento depende dessa definição. Os conselheiros **Tiago Bassani, Bruno Motta, Rafael Simões, Jairo Torres e Evellyn Rocha** realizaram discussões em torno das fases e taxas propostas, ciclo vacinal e passaporte vacinal. O **Presidente do Consuni** refletiu acerca da exigência de utilização do indicador da taxa de vacinação e observou que talvez não se tenha como definir um parâmetro da comunidade regional em geral, mas que era possível, a partir de dados da comunidade interna, definir uma taxa condizente com a realidade regional. Na sequência, os conselheiros **Jairo Torres, Rafael Simões e Adma Lacerda**, teceram mais argumentações acerca dos temas em debate. O conselheiro **Jairo Torres** reforçou a necessidade e importância de se fazer uma análise em relação aos parâmetros da taxa de incidência para cada 100.000 (cem mil) habitantes, considerando a realidade atual da região em que se encontram os *Campi* da UFOB e sobretudo as expectativas quanto ao início do próximo semestre em março de 2022. O **Presidente do Consuni**, após as discussões, apontou fatores importantes a serem considerados como a “exigência de passaporte vacinal” e a autonomia da instituição para definir os indicadores que iria utilizar, e considerou que seria bom sinalizar o que teria que ficar como ponto de observação quanto a transição e definir as atividades permitidas em cada faixa. Os conselheiros **Jairo Torres e Rafael Simões** fizeram questionamentos e apontamentos quanto aos dados utilizados para definição dos indicadores, visto que os dados utilizados se referem ao período anterior à vacinação e que já existem dados novos pós-vacinação. A conselheira **Adma Lacerda** se prontificou a verificar os dados utilizados. Apresentou alguns pontos que impactariam na decisão relacionados à utilização de média móvel e critérios para mudança e retrocesso, e fases de atividades. Considerando as discussões e apontamentos dos Conselheiros, o **Presidente Jacques Miranda julgou ser necessário que um grupo do**

Conselho fizesse uma análise em cima dos dados apontados, com estudos mais recentes, para definir a forma como o Conselho irá viabilizar a análise. Os conselheiros Jairo Torres, Rafael Simões e Bruno Motta se disponibilizaram para fazer o trabalho de análise e trazer os dados na próxima reunião, ao que todos concordaram. O Presidente Jacques Miranda informou que essa reunião seria encerrada e que na próxima reunião o ponto entraria para deliberação das regulamentações e aprovação do plano de retomada como item de pauta, assim como também seria trazida a proposta de resolução para discussão e definição, e agradeceu pela disponibilidade de todos e contribuições para a realização das sessões. Às dezesseis horas e vinte e seis minutos, o Presidente do Conselho, Professor Jacques Antonio de Miranda, encerrou a 26ª Reunião Ordinária do Conselho Universitário da Universidade Federal do Oeste da Bahia e nada a mais havendo a ser registrado, eu, Gleicianne Dourado Costa, Secretária dos Órgãos de Deliberação Superior, lavrei a presente ata que segue assinada por mim e todos os presentes na reunião de aprovação da ata, estando disponível na íntegra, gravada em formato digital. Barreiras, 30 de novembro de 2021. Ata aprovada na 33ª Reunião Ordinária do Consuni, realizada no dia 08 de setembro de 2022.

(Assinado digitalmente em 09/09/2022 15:54)
ADMA KATIA LACERDA CHAVES
PRO-REITOR(A)
Matrícula: 1860243

(Assinado digitalmente em 09/09/2022 06:50)
ANTONIO OLIVEIRA DE SOUZA
VICE-REITOR
Matrícula: 1146923

(Assinado digitalmente em 09/09/2022 08:32)
ARLAN JORGE DE JESUS ROCHA
ANALISTA DE TEC DA INFORMACAO
Matrícula: 2146195

(Assinado digitalmente em 08/09/2022 19:16)
BRUNO MOTTA OLIVEIRA
DIRETOR
Matrícula: 1218313

(Assinado digitalmente em 09/09/2022 15:45)
CLAUDIO REICHERT DO NASCIMENTO
PRO-REITOR(A)
Matrícula: 1146719

(Assinado digitalmente em 09/09/2022 10:05)
CLAYTON DA SILVA BARCELOS
PRO-REITOR(A)
Matrícula: 1494568

(Assinado digitalmente em 08/09/2022 21:56)
DANIELA CRISTINA CALADO
PRO-REITOR(A)
Matrícula: 1652465

(Assinado digitalmente em 08/09/2022 19:14)
GLEICIANNE DOURADO COSTA
COORD.DE SECRETARIA SUPERIOR
Matrícula: 1152590

(Assinado digitalmente em 09/09/2022 08:56)
GUSTAVO BRANDAO SILVA
TEC DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO
Matrícula: 3120955

(Assinado digitalmente em 09/09/2022 11:57)
IZABELA BARBOSA MORAES
DIRETOR
Matrícula: 2216961

(Assinado digitalmente em 09/09/2022 11:51)
JACQUES ANTONIO DE MIRANDA
REITOR
Matrícula: 1649375

(Assinado digitalmente em 09/09/2022 09:02)
JAIRO TORRES MAGALHAES JUNIOR
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matrícula: 1202342

(Assinado digitalmente em 09/09/2022 10:31)
JAQUELINE FRITSCH

(Assinado digitalmente em 09/09/2022 15:39)
LEONARDO SANTA INES CUNHA

PRO-REITOR(A)
Matrícula: 1583761

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matrícula: 3271001

(Assinado digitalmente em 09/09/2022 08:21)
LERIANE SILVA CARDOZO
PRO-REITOR(A)
Matrícula: 2265035

(Assinado digitalmente em 09/09/2022 10:18)
MARILIA CONCEICAO DE SOUZA CACERES
DIRETOR
Matrícula: 1554371

(Assinado digitalmente em 08/09/2022 19:19)
PEDRO CLAUDIO DOS SANTOS VIEIRA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matrícula: 1445408

(Assinado digitalmente em 09/09/2022 09:48)
RUBIO JOSE FERREIRA
DIRETOR
Matrícula: 1690514

(Assinado digitalmente em 09/09/2022 09:06)
TONY SILVA ALMEIDA
DIRETOR
Matrícula: 1073305

(Assinado digitalmente em 09/09/2022 11:37)
VANESSA GODOY KINOSHITA
PRO-REITOR(A)
Matrícula: 1575718

(Assinado digitalmente em 09/09/2022 09:30)
VERA REGIANE BRESCOVICI NUNES
DIRETOR
Matrícula: 1034382

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ufob.edu.br/documentos/> informando seu número: **5**, ano: **2022**, tipo: **ATA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO**, data de emissão: **08/09/2022** e o código de verificação: **9cc856cdf5**